

<http://www.fatoonline.com.br/conteudo/2868/inflacao-da-energia-pesa-em-dobro-no-bolso-do-consumidor-e-beneficia-governos?or=h-espe&p=1&i=2&v=0>

Inflação da energia pesa em dobro no bolso do consumidor e beneficia governos

A inflação, que alimenta parte do reajuste de energia, reforça a arrecadação dos governos federal e estaduais. Além dos custos do setor, erros do governo, impostos e subsídios a programas sociais que são repassados para a conta das famílias brasileiras



Reajuste médio nas tarifas de energia este ano é estimado em 50% Beto Barata/FatoOnline

Desde o início do ano, a maioria dos consumidores brasileiros está pagando uma conta de luz bem mais cara. O valor, que gerou espanto em muitas famílias, subiu bem acima da inflação. O que poucos sabem é que estão pagando pelo aumento dos custos das empresas de energia, pelos erros do governo ao definir uma política para o setor e pelos subsídios a programas sociais, como o Luz para Todos.

No final das contas, as famílias perdem e ganham os governos federal e estaduais. Além de reforçar o caixa com mais impostos, as empresas públicas aumentam suas receitas e o Tesouro Nacional deixa de desembolsar recursos para cobrir a CDE (a conta criada para registrar custos de programas como o Luz para Todos e que seria coberta pelo governo para evitar repasses para as tarifas).

Consultorias ligadas ao setor elétrico estimam um reajuste médio da energia de 50% em 2015. A conta pode ser simplificada da seguinte forma: os custos das empresas estão subindo como quase todos os preços no

país. E isso vai para as tarifas, entre elas as de energia. E tarifa mais alta aumenta o ganho do governo com impostos como o PIS, Cofins e ICMS, que incidem sobre o valor final.

Em fevereiro, segundo dados da Receita Federal, a arrecadação de PIS/Cofins somente com energia elétrica cresceu 32,94% (passou de R\$ 783,6 milhões, em dados atualizados pelo IPCA, para R\$ 1,041 bilhão). Em março a alta foi de 40,67% (de R\$ 683,5 milhões para R\$ 961,5 milhões).

E, nesse caso da energia, o governo federal tem ganhado duas vezes, alerta o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales. Segundo ele, estudo feito pela instituição revelou que os reajustes não são resultado apenas do aumento de custos e das chuvas insuficientes para encher os reservatórios, como argumenta o poder Executivo.

De acordo com Sales, cerca de 54% do reajuste deve-se aos problemas provocados pela estiagem, 35% foram o peso do custo da CDE não coberto pelo governo e 11% devem-se a erros de gestão pública. Assim, os consumidores além de pagarem pelos aumentos do custo do setor, como a compra de energia e elevação de gastos operacionais das distribuidoras, arcam também com os erros cometidos pelo próprio governo.

Entre esses problemas está a falta de fiscalização de obras que atrasaram e a não realização do leilão de energia existente em 2012, o que deixou as distribuidoras sem toda a energia suficiente para abastecer os mercados.

Outro custo que seria do poder Executivo e que acabou na conta de energia foram os programas sociais como Luz para Todos e a tarifa social. Esses subsídios são pagos pela CDE.

Em 2012, quando anunciou a renovação das concessões do setor elétrico, a presidente Dilma Rousseff afirmou que esses gastos seriam arcados pelo Tesouro Nacional. “E as tarifas de energia vão diminuir, também, graças à decisão do governo de reduzir os encargos que hoje incidem sobre a conta de luz de todos os brasileiros, e também, por aportes que o Tesouro Nacional fará ao sistema para financiar políticas de atendimento a parcelas específicas da população mais carente”, afirmou a presidente em setembro de 2012.

Mas o momento de ajuste fiscal mudou esse cenário e a conta pesou no bolso do consumidor. Em 2015, ele terá que arcar com os R\$ 22,06 bilhões previstos para a CDE. “Os subsídios continuarão sendo dados e quem vai pagar é o consumidor. Ele que pagou tudo na tarifa de novo. Se é política pública tem que ser arcada pelo estado e não pelo consumidor de energia elétrica”, afirmou Sales.

Tarifa de energia

Para 2015 a estimativa é de um reajuste médio de 50% na conta de energia. Esse valor inclui: o reajuste extraordinário de 23,4% feito em fevereiro; 16,6% por conta da aplicação das chamadas “bandeiras tarifárias” (que fazem o valor da conta de luz subir em momentos em que a geração de energia está mais cara) e 10% de reajuste anual (a correção anual à qual todas as empresas têm direito).

“Os subsídios continuarão sendo dados e quem vai pagar é o consumidor. Ele que pagou tudo na tarifa de novo” Claudio Sales, Instituto Acende Brasil

É dentro do reajuste anual ordinário que mais pesa a alta dos preços de uma forma geral. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aplica o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) para reajustar quase 25% da tarifa de energia. O índice é aplicado em cima do custo das distribuidoras.

Mas os impostos são cobrados em cima da conta inteira. Segundo informações da Aneel, os impostos cobrados na conta de luz (PIS, Cofins e ICMS) são aplicados sobre toda a tarifa, incluindo até o custo da “bandeira tarifária”, que de janeiro a março custaram R\$ 2,4 bilhões aos bolsos de quem consome energia. Na prática, um aumento de 50% no valor da conta de luz, como o previsto para 2015, aumenta em 50% a arrecadação dos governos sobre ela.

De acordo com a Aneel, 29,5% de toda a conta de luz é tributo. Segundo o presidente do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação), João Elói, os tributos que incidem sobre a energia são abusivos. “Ela é tributada como se fosse um item supérfluo, mas não é desnecessária, é essencial. Quanto mais essencial, menor deve ser a tributação e os governos deixam de lado esse princípio e tascaram uma tributação alta na energia”, afirmou.

Água

Não foi só a conta de energia que subiu acima da inflação. Algumas agências de água também elevaram a tarifa de água e esgoto em índices acima do IGP-M e mesmo do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Em São Paulo a tarifa vai subir 15,24% e no Distrito Federal a alta foi de 16,2%.

Em março o responsável pela assessoria de política tributária da Secretária da Fazenda de São Paulo, André Luís Grotti Clemente, afirmou que a alta acima do esperado na arrecadação do ICMS no primeiro bimestre do ano foi puxada pelo aumento das tarifas.



Desde o início do ano, a maioria dos consumidores brasileiros está pagando uma conta de luz bem mais cara. O valor, que gerou espanto em muitas famílias, subiu bem acima da inflação. O que poucos sabem é que estão pagando pelo aumento dos custos das empresas de energia, pelos erros do governo ao definir uma política para o setor e pelos subsídios a programas sociais, como o Luz para Todos.

No final das contas, as famílias perdem e ganham os governos federal e estaduais. Além de reforçar o caixa com mais impostos, as empresas públicas aumentam suas receitas e o Tesouro Nacional deixa de desembolsar recursos para cobrir a CDE (a conta criada para registrar custos de programas como o Luz para Todos e que seria coberta pelo governo para evitar repasses para as tarifas).

Consultorias ligadas ao setor elétrico estimam um reajuste médio da energia de 50% em 2015. A conta pode ser simplificada da seguinte forma: os custos das empresas estão subindo como quase todos os preços no país. E isso vai para as tarifas, entre elas as de energia. E tarifa mais alta aumenta o ganho do governo com impostos como o PIS, Cofins e ICMS, que incidem sobre o valor final.

Em fevereiro, segundo dados da Receita Federal, a arrecadação de PIS/Cofins somente com energia elétrica cresceu 32,94% (passou de R\$ 783,6 milhões, em dados atualizados pelo IPCA, para R\$ 1,041 bilhão). Em março a alta foi de 40,67% (de R\$ 683,5 milhões para R\$ 961,5 milhões).

E, nesse caso da energia, o governo federal tem ganhado duas vezes, alerta o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales. Segundo ele, estudo feito pela instituição revelou que os reajustes não são resultado apenas do aumento de custos e das chuvas insuficientes para encher os reservatórios, como argumenta o poder Executivo.

De acordo com Sales, cerca de 54% do reajuste deve-se aos problemas provocados pela estiagem, 35% foram o peso do custo da CDE não coberto pelo governo e 11% devem-se a erros de gestão pública. Assim, os consumidores além de pagarem pelos aumentos do custo do setor, como a compra de energia e elevação de gastos operacionais das distribuidoras, arcam também com os erros cometidos pelo próprio governo.

Entre esses problemas está a falta de fiscalização de obras que atrasaram e a não realização do leilão de energia existente em 2012, o que deixou as distribuidoras sem toda a energia suficiente para abastecer os mercados.

Outro custo que seria do poder Executivo e que acabou na conta de energia foram os programas sociais como Luz para Todos e a tarifa social. Esses subsídios são pagos pela CDE.

Em 2012, quando anunciou a renovação das concessões do setor elétrico, a presidente Dilma Rousseff afirmou que esses gastos seriam arcados pelo Tesouro Nacional. "E as tarifas de energia vão diminuir, também, graças à decisão do governo de reduzir os encargos que hoje incidem sobre a conta de luz de todos os brasileiros, e também, por aportes que o Tesouro Nacional fará ao sistema para financiar políticas de atendimento a parcelas específicas da população mais carente", afirmou a presidente em setembro de 2012.

Mas o momento de ajuste fiscal mudou esse cenário e a conta pesou no bolso do consumidor. Em 2015, ele terá que arcar com os R\$ 22,06 bilhões previstos para a CDE. "Os subsídios continuarão sendo dados e quem vai pagar é o consumidor. Ele que pagou tudo na tarifa de novo. Se é política pública tem que ser arcada pelo estado e não pelo consumidor de energia elétrica", afirmou Sales.

Tarifa de energia

Para 2015 a estimativa é de um reajuste médio de 50% na conta de energia. Esse valor inclui: o reajuste extraordinário de 23,4% feito em fevereiro; 16,6% por conta da aplicação das chamadas "bandeiras tarifárias" (que fazem o valor da conta de luz subir em momentos em que a geração de energia está mais cara) e 10% de reajuste anual (a correção anual à qual todas as empresas têm direito).

"Os subsídios continuarão sendo dados e quem vai pagar é o consumidor. Ele que pagou tudo na tarifa de novo" Claudio Sales, Instituto Acende Brasil

É dentro do reajuste anual ordinário que mais pesa a alta dos preços de uma forma geral. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aplica o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) para reajustar quase 25% da tarifa de energia. O índice é aplicado em cima do custo das distribuidoras.

Mas os impostos são cobrados em cima da conta inteira. Segundo informações da Aneel, os impostos cobrados na conta de luz (PIS, Cofins e ICMS) são aplicados sobre toda a tarifa, incluindo até o custo da "bandeira tarifária", que de janeiro a março custaram R\$ 2,4 bilhões aos bolsos de quem consome energia. Na prática, um aumento de 50% no valor da conta de luz, como o previsto para 2015, aumenta em 50% a arrecadação dos governos sobre ela.

De acordo com a Aneel, 29,5% de toda a conta de luz é tributo. Segundo o presidente do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação), João Elói, os tributos que incidem sobre a energia são abusivos. "Ela é tributada como se fosse um item supérfluo, mas não é desnecessária, é essencial. Quanto mais essencial, menor deve ser a tributação e os governos deixam de lado esse princípio e tascaram uma tributação alta na energia", afirmou.

Água

Não foi só a conta de energia que subiu acima da inflação. Algumas agências de água também elevaram a tarifa de água e esgoto em índices acima do IGP-M e mesmo do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Em São Paulo a tarifa vai subir 15,24% e no Distrito Federal a alta foi de 16,2%.

Em março o responsável pela assessoria de política tributária da Secretária da Fazenda de São Paulo, André Luís Grotti Clemente, afirmou que a alta acima do esperado na arrecadação do ICMS no primeiro bimestre do ano foi puxada pelo aumento das tarifas.